

Setor de seguros é peça-chave para adaptação climática, afirma diretora da CNseg em evento no Rio



Durante sua participação no 2º Fórum IRB – Transferência de Riscos: Estratégias e Inovações, realizado em 6 de agosto, no Rio de Janeiro, a diretora de Sustentabilidade da CNseg, Claudia Prates, defendeu a necessidade de o Brasil fortalecer o papel do seguro na agenda de adaptação às mudanças climáticas. Segundo ela, a baixa participação de seguros no país impõe limites severos à capacidade de resposta diante de desastres como as enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em 2024.

“O estado teve perdas estimadas em R\$ 100 bilhões, mas apenas R\$ 6 bilhões estavam segurados. E isso no estado com a quarta maior participação de seguros do país”, destacou Claudia, alertando para o enorme “gap de cobertura” no Brasil. “Se num estado como o Rio Grande do Sul só 6% estavam cobertos, imagine nos outros.”

Claudia pontuou que a escolha entre recapear uma rua ou investir em adaptação climática representa um dilema constante para gestores públicos, sobretudo diante de orçamentos apertados. “Mas cada real que se deixa de investir em adaptação climática se transforma em muitos reais de despesa pública depois”, afirmou. “E no Brasil, com a situação fiscal que temos, é preciso entender que é necessário um layer anterior ao setor público, que é o setor segurador.”

A diretora também ressaltou a importância de aproximar o mercado segurador de universidades, governos locais e bancos públicos e privados, para ampliar o entendimento sobre os benefícios da transferência de riscos. “Quando eu estava no BNDES, vi a mobilização para financiar a reconstrução do Rio Grande do Sul, mas financiamento não resolve o problema anterior.”

Dos R\$ 6 bilhões pagos em indenizações no estado gaúcho, R\$ 3 bilhões foram para apólices de grandes riscos, R\$ 1 bilhão para o seguro de automóveis, R\$ 600 milhões para o seguro residencial e R\$ 180 milhões para o seguro agrícola. “Ou seja, mais de 90% das famílias e dos pequenos negócios estavam descobertos. Isso é alarmante. Falta educação securitária no país”, alertou.

A CNseg, segundo ela, tem atuado para ampliar a consciência sobre o seguro como ferramenta essencial de resiliência. “Não se trata de uma questão regional. É preciso olhar o país como um todo para distribuir melhor os riscos e garantir uma cobertura mais eficaz. Se o Rio Grande do Sul tivesse mais seguros, sua reconstrução teria sido muito mais rápida”, concluiu.

Setor de seguros inicia sua jornada rumo à COP30 com série de workshops

Primeiro webinar teve como tema as soluções baseadas na natureza

O setor de seguros brasileiro deu início à sua preparação para a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), com a realização do primeiro workshop da série “Jornada do Setor de Seguros rumo à COP30”, promovido pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) em 7 de agosto. O encontro teve como tema central as Soluções Baseadas na Natureza (SBN) e reuniu especialistas para debater o papel estratégico do seguro diante da crise ambiental global.

Capacitação para um novo protagonismo

Luciana Dall’Agnol, superintendente de Sustentabilidade da CNseg, abriu o evento destacando o caráter inédito da iniciativa: “Esse é o primeiro de cinco workshops voltados exclusivamente ao setor de seguros. Nosso objetivo é ampliar o conhecimento sobre temas centrais da agenda de sustentabilidade, como as SBNs, e preparar o setor para atuar como agente de transformação.”

Luciana reforçou que a COP30, que será realizada em Belém, representa uma oportunidade única para o Brasil e para o setor segurador: “Queremos mostrar o valor que o seguro pode agregar à construção de uma economia resiliente, justa e de baixo carbono.”

Tripla crise planetária exige respostas urgentes

Eduarda Thunler, coordenadora de Economia e Finanças para a Natureza do World Resources Institute (WRI) Brasil, apresentou o conceito de SBN (Soluções Baseadas na Natureza) dentro do contexto da tripla crise planetária: mudanças climáticas, perda de biodiversidade e poluição. “Essas ameaças estão interligadas e colocam em risco a vida humana e a economia mundial, que depende fortemente dos serviços ecossistêmicos prestados pela natureza”, explicou.

Segundo dados citados por Eduarda, mais de 50% do PIB global depende da natureza. No Brasil, 46% das carteiras de crédito corporativo de bancos estão concentradas em setores altamente dependentes de serviços ecossistêmicos, como regulação climática, controle de enchentes e fornecimento de água limpa.

Natureza como infraestrutura: eficiente e custo-efetiva

Arthur Vieira, sênior de Economia e Finanças para a Natureza no WRI Brasil, reforçou que as SBNs não apenas são eficazes na adaptação às mudanças climáticas, como também são economicamente vantajosas. “A infraestrutura baseada na natureza pode ser até 50% mais custo-efetiva do que a infraestrutura cinza equivalente”, disse, citando estudos que apontam economia de bilhões de dólares com a adoção dessas soluções.

Exemplos práticos apresentados incluíram a restauração de florestas em áreas de mananciais, como no Sistema Cantareira, em São Paulo, que geraram economia com o tratamento da água, redução de sedimentos e menor necessidade de produtos químicos.

Desafios de escala e financiamento

Apesar das evidências sobre os benefícios das SBNs, Arthur chamou atenção para barreiras estruturais que dificultam sua adoção em larga escala: falta de dados padronizados, ausência de incentivos regulatórios e escassez de projetos financeiramente viáveis (“bankable projects”). “Ainda predomina uma lógica de infraestrutura tradicional, que muitas vezes ignora os benefícios adicionais das SBNs”, afirmou.

O valor da natureza na gestão de riscos

Tatiana Assali, sócia da ERM Brasil, compartilhou um exemplo marcante de uma propriedade em Portugal que foi poupada por um incêndio de grandes proporções devido à preservação da mata nativa ao seu redor. Ela destacou que essa vegetação, por ser natural da região, tinha maior

resistência ao fogo, funcionando como uma infraestrutura natural protetora. Para ela, o caso ilustra como soluções baseadas na natureza podem atuar não apenas na gestão de riscos, mas também como estratégias eficazes de mitigação e adaptação, com impactos diretos na redução de custos e na prevenção de sinistros no setor de seguros. Ela reforçou a importância de reconhecer os serviços ecossistêmicos como parte do sistema financeiro e econômico, defendendo investimentos na preservação, manutenção e restauração desses sistemas.

O papel do setor de seguros

Danilo Gurdos, consultor líder na ERM Brasil, encerrou o painel destacando que o setor segurador já está exposto às consequências da degradação ambiental, mesmo que, muitas vezes, isso ainda não seja visível nos modelos atuariais. “Os riscos ecológicos e de biodiversidade continuam sendo tratados como externalidades, quando, na prática, já afetam solvência, precificação e sinistralidade”, alertou.

Segundo levantamento realizado pela ERM com base nos relatórios de sustentabilidade exigidos pela Circular Susep nº 666/2022, menos de 10% das seguradoras mencionam biodiversidade ou capital natural em seus documentos públicos. “É um tema ainda em construção no setor, assim como foi a pauta climática há uma década. Mas é preciso avançar agora”, concluiu.

Próximos passos

A série “Jornada do Setor de Seguros rumo à COP30” seguirá com mais quatro workshops temáticos ao longo dos próximos meses, tratando de temas estratégicos para fortalecer o protagonismo do setor nos debates climáticos. Para a CNseg, o caminho até a COP30 é uma oportunidade de consolidar o seguro como aliado essencial na promoção da resiliência climática e da sustentabilidade econômica e social.

Fonte: CNseg, em 11.08.2025